

AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO

ADMINISTRAÇÃO

PROVA DISCURSIVA



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **1 (uma)** peça técnica e **4 (quatro)** questões subjetivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos.

A peça técnica deverá ser respondida em até **60 (sessenta)** linhas e cada questão subjetiva, em até **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização e usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Nas folhas de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado nas folhas de textos definitivos.
- Confira o cargo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cargo diferente do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das folhas de textos definitivos é de sua responsabilidade e **não** será permitida a substituição em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

PEÇA TÉCNICA

O Órgão Central de Controle Interno do Município Alfa identificou possíveis irregularidades em contratação realizada pela Secretaria de Segurança Pública, no bojo do Pregão Eletrônico nº XX/2026, encaminhando representação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina com os indícios dessas irregularidades de forma fundamentada. Autuada a representação, os autos foram encaminhados à unidade técnica responsável do TCE-SC, que identificou possíveis irregularidades em referido pregão, destinado à contratação de empresa especializada para implantação e operação de sistema de videomonitoramento urbano, com valor estimado de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais).

Em sede de análise, a unidade técnica verificou os seguintes indícios de irregularidade, também apontados pelo órgão de controle interno:

- I. o edital exigiu que as licitantes possuíssem sede operacional instalada no Estado de Santa Catarina como condição para participação no certame;
- II. o edital exigiu a prestação de garantia da proposta correspondente a 1% do valor estimado da contratação, configurando restrição indevida à competitividade;
- III. o edital vedou a participação de empresas reunidas em consórcio, sem apresentar justificativa técnica para essa restrição;
- IV. o Estudo Técnico Preliminar não analisou a possibilidade de parcelamento do objeto nem apresentou justificativa para sua contratação em lote único.

Ademais, constava, na documentação encaminhada em referida representação, resposta do jurisdicionado acerca dos questionamentos realizados na ocasião pelo Órgão de Controle Interno, tendo sido informados, pela Secretaria de Segurança Pública jurisdicionada, que:

- as exigências editalícias de sede operacional instalada no Estado de SC buscaram garantir maior segurança na execução contratual;
- a prestação de garantia da proposta protege a municipalidade e possui respaldo em lei;
- a vedação à participação de consórcios teve por finalidade facilitar a fiscalização da futura contratação;
- não houve qualquer prejuízo ao erário pelo não parcelamento do objeto, pois a licitação ainda se encontra em fase externa, e o contrato não foi celebrado.

Na qualidade de Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, elabore manifestação (dispensada a forma), devidamente fundamentada, a respeito dos seguintes pontos:

- A) competência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para análise e julgamento da questão;**
- B) justificativas apresentadas pelo jurisdicionado, indicando quais argumentos merecem acolhimento e quais não afastam as irregularidades constatadas;**
- C) conclusão acerca da existência (ou não) de elementos suficientes para atuação do controle externo;**
- D) proposta de encaminhamento ao Conselheiro Relator, indicando as providências que entende cabíveis, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE-SC.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

RASCUNHO

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

QUESTÃO SUBJETIVA 1

João, residente no Município catarinense Alfa, encaminhou ao TCE-SC denúncia de irregularidades na execução de contrato firmado entre a Secretaria de Obras daquele Município e a empresa “Faz Tudo Ltda.”. A denúncia apresentava omissões e lacunas que geraram dúvidas na análise dos fatos denunciados, e que deveriam ser superadas para subsidiar sua análise e instrução.

Para suprir omissões e lacunas e sanar as dúvidas, a unidade de auditoria competente do TCE-SC instaurou um procedimento de fiscalização, colhendo as informações e os documentos pendentes. Para tanto, requereu a planilha de custos integrante do termo de referência e colheu fotografias no local de execução da obra.

Ato contínuo, ao analisar o conteúdo da documentação, a unidade de auditoria concluiu que as irregularidades apontadas procediam, e que havia possíveis danos ao erário, de significativo montante não apurado e quantificado nos autos da denúncia.

Para apurar esses atos, foi instaurado um novo procedimento de fiscalização com a finalidade de apurar a legalidade, a economicidade e a eficiência na execução do contrato e, nesse procedimento, confirmou-se o dano ao erário, sendo identificados os respectivos responsáveis.

Considerando as informações narradas na situação hipotética e as normas de auditoria aplicáveis ao TCE-SC, responda, justificadamente, em até 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Identifique o instrumento de fiscalização adequado para suprir as omissões e lacunas e sanar as dúvidas identificadas no processo de denúncia; indique também quais foram as técnicas de auditoria utilizadas pela equipe de auditoria.**
- B) Identifique o instrumento de fiscalização utilizado para apurar os atos danosos ao erário.**
- C) Para a apuração dos fatos danosos e o registro dos elementos de responsabilização dos envolvidos, indique o papel de trabalho que deve ser utilizado pela equipe de auditoria e apresente os elementos constitutivos desse papel de trabalho.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO SUBJETIVA 2

Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, foram identificadas irregularidades na execução de contrato administrativo celebrado por determinado Município, consistentes em sobrepreço, pagamento por serviços não executados e ausência de comprovação de parte das despesas realizadas.

Ao final da instrução, a unidade técnica concluiu pela existência de dano ao erário e propôs a instauração de Tomada de Contas Especial.

Após o julgamento, o Tribunal proferiu decisão pela imputação de débito ao gestor e aplicação de multa.

Inconformado, o responsável pretende impugnar a decisão.

Com base nas disposições da Constituição Federal, da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 (Lei Orgânica do TCE-SC) e na Resolução N. TC – 06/2021 (Regimento Interno do TCE-SC), responda, de forma fundamentada, em até 30 (trinta) linhas, aos itens a seguir.

- A) Explique a finalidade da Tomada de Contas Especial e indique em quais situações ela é cabível.**
- B) Indique quais decisões poderão ser proferidas pelo TCE-SC ao apreciar uma Tomada de Contas Especial.**
- C) Indique quais recursos poderão ser interpostos contra as decisões do TCE-SC, especificando seus respectivos efeitos.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO SUBJETIVA 3

No exercício das atribuições de Controle Externo, uma equipe de auditoria de um Tribunal de Contas estadual realiza fiscalização sobre a execução de um contrato administrativo firmado por um órgão estadual para a prestação de serviços continuados de limpeza e vigilância, mediante regime de dedicação exclusiva de mão de obra, regido pela Lei nº 14.133/2021.

Ao longo dos trabalhos, a equipe constata as seguintes situações:

- I. não houve designação formal de agente responsável pela fiscalização do contrato;
- II. os pagamentos mensais à contratada foram efetuados sem a exigência de comprovação do recolhimento dos encargos previdenciários e trabalhistas dos empregados alocados na execução do serviço;
- III. foi celebrado termo aditivo que elevou o valor inicial do contrato em 40%, sob a justificativa de acréscimo de postos de trabalho;
- IV. há indícios de sobrepreço nos valores unitários pactuados, sem pesquisa de preços atualizada que os respalde.

Na condição de Auditor Fiscal de Controle Externo integrante da equipe de fiscalização, e com base nos elementos apresentados, elabore manifestação técnica que responda, em até 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Caracterize os achados de auditoria decorrentes das falhas de fiscalização e de gestão do contrato, e indique as atribuições do gestor e do fiscal do contrato que deixaram de ser observadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.**
- B) Analise a conformidade do termo aditivo que elevou o valor contratual em 40% e a conformidade dos pagamentos realizados sem comprovação do recolhimento dos encargos, indicando os limites e os deveres legais descumpridos.**
- C) Avalie os riscos decorrentes das falhas descritas, com destaque para o risco de responsabilização da Administração pelos encargos e para o risco de dano ao erário, e proponha os encaminhamentos cabíveis pelo Tribunal de Contas.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO SUBJETIVA 4

Um órgão da Administração Pública estadual celebra parceria com uma organização da sociedade civil (OSC) para a execução de um projeto socioassistencial a partir de plano de trabalho proposto pela própria OSC, com repasse de recursos públicos, nos termos da Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC).

Em fiscalização, a equipe técnica do Tribunal de Contas estadual constata que:

- I. a parceria foi celebrada sem a realização de chamamento público, inexistindo justificativa que a enquadre em hipótese de dispensa ou de inexigibilidade;
- II. a prestação de contas apresentada pela OSC limitou-se à juntada de notas fiscais, sem demonstrar o cumprimento das metas e o alcance dos resultados previstos no plano de trabalho.

Na condição de Auditor Fiscal de Controle Externo integrante da equipe de fiscalização da parceria, e com base nos elementos apresentados, elabore manifestação técnica que, em até 30 (trinta) linhas, responda ao que se pede a seguir.

- A) Indique, à luz da Lei nº 13.019/2014, qual o instrumento de parceria adequado ao caso e justifique sua resposta.**
- B) Analise a exigência de chamamento público e as hipóteses excepcionais de dispensa e de inexigibilidade, fundamentando a irregularidade constatada.**
- C) Avalie a deficiência da prestação de contas sob a ótica do controle por resultados, e proponha os encaminhamentos cabíveis pelo Tribunal de Contas.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

